

## ATA DE REUNIÃO

**Data/Hora:** 02/12/16 –13h

**Local:** Anfiteatro da UFES

**Assunto:** Assembleia de eleição do CONSEA/ES

A assembléia de eleição teve início às 13:40h com a fala da presidente da comissão eleitoral Sâmela Ferreira da Silva, dando início ao credenciamento das entidades habilitadas. O credenciamento finalizou às 15:05h. A presidente deu início a assembleia de eleição às 15:15h apresentando a comissão eleitoral a todos os presentes. A presidente solicitou uma breve apresentação de todos os presentes. Prosseguindo, Adahyr sugeriu que escrevesse no quadro as entidades inscritas para que ele pudesse conhecê-las para poder votar. Alcemir ponderou que isso levaria um certo tempo e que haveria outro momento para as entidades se apresentarem.

. A presidente explicou que fará um breve relato do processo eleitoral do CONSEA-ES e logo após citará cada entidades habilitada para votação. Todos de acordo, prossegue a assembleia, a presidente deu início todas as publicações dispostas no DIO-ES e expõe a presença do Ministério Público no processo eleitoral. A presidente deu ciência a todos sobre o ofício recebido na data de hoje na secretaria executiva do Consea-ES, onde o mesmo apresentou inconsistências. Explicou que as entidades SESC e Instituto Kennedy Palace e seus respectivos segmentos não entraram no processo eleitoral na data de hoje, ainda, explicou, que as entidades indicadas também não entrarão em votação e seus respectivos segmentos seguindo a inconsistência apresentada pelo MP. Leydiani pediu esclarecimento quanto as inconsistências das duas entidades que foram apontadas pelo MP. A presidente respondeu explicando o acordo pactuado publicado no DIO-ES para criação da comissão eleitoral do CONSEA-ES, Gestão 2016-2018. Alcemir solicita que seja anexada a ata da assembleia eleitoral à ata da reunião realizada hoje pela manhã pela comissão eleitoral e ofício do MP para que fique registrada as entidades que compareceram ao pleito eleitoral e pergunta se houve alguma alteração na data de posse. Carlos Ajur pergunta se o MP indeferiu as entidades e a presidente respondeu que o MP encontrou inconsistência na documentação. Ajur questionou se existe mais entidades habilitadas nesses segmentos e a presidente Sâmela respondeu que sim e as entidades estão presentes na Assembleia de Eleição. Alcemir observou no edital nº 01 publicado no DIO-ES que o MP chancelou o acordo. A presidente esclareceu que MP só participou na primeira habilitação. Alcemir prossegue perguntando se o ofício do MP chegou dentro do prazo de recurso para a comissão organizadora, argumentando que o MP joga por terra o trabalho da comissão. Leonardo argumentou que a fala dele foi contemplada pelo Alcemir, mas observa a autonomia da comissão eleitoral, pois após a análise da comissão da observações feitas pelo MP podendo prejudicar estas entidades. Jerônimo perguntou se essas entidades foram comunicadas, e as indicadas estão presentes, argumenta a autonomia da comissão, sendo, que ao invés de discutirem sobre isto, a comissão apenas expor a decisão tomada. Leydiane cita que qualquer entidade que perdesse o prazo de recurso não seria aceito, e mesmo o MP sendo uma instância superior, a Comissão Eleitoral e a Plenária tem autonomia para tomar decisão. A presidente explicou que uma entidade foi desabilitada e publicada no DIO-ES. A entidade recorreu dentro do prazo e foi habilitada. A Comissão Eleitoral tomou a decisão de não levar para a votação essas duas entidades que foram questionadas pelo MP. Leydiani expôs que ambas as entidades foram prejudicadas e solicitou esclarecimento acerca do que se tratava o ofício do MP. JAQUELINE colocou que o MP tinha recomendado e em momento algum não usou o verbo exigir, mas que a Comissão entendeu que se acatasse poderia ser judicializada. Quem buscou o MP desde o início foi o MP e naquele momento, o MP estava fazendo uma recomendação a Comissão Eleitoral. Na tentativa de não prejudicar a Assembleia, a Comissão concluiu por manter a Assembleia por respeito aos participantes e pela preocupação do deslocamento com os mesmos. Em sua leitura pessoal, percebeu a ameaça do MP, que deveria está ao lado da sociedade civil considerando que foi a mesma que buscou apoio do MP. JACEIR ponderou que a Comissão Eleitoral foi prudente e como o MP fez a recomendação e não colocar as vagas desses dois segmentos em votação prejudicaria as demais entidades que estão na plenária. O mais importante é colocar o CONSEA-ES em funcionamento. A Comissão colocará os 2 segmentos para votação posteriormente. JERÔNIMO ponderou

que a Comissão tem autonomia para decidir se colocarão as 2 entidades em votação ou não. ALCEMIR sugeriu que a proposta de votação seja seguida de acordo com o que a presidente apresentou e as 2 entidades serem eleitas posteriormente, no segundo momento. A PRESIDENTE explicou que uma das questões que a Comissão Eleitoral terá dificuldade é cumprir a posse do dia 08.12.16, pois sairão da assembleia de eleição sem todas as vagas preenchidas. Solicitou que seja acordado, se todos estiverem em comum acordo, uma nova data de posse. NILCÉIA falou que anteriormente foi discutido com a Comissão a posse ser postergada para o dia 15 ou 16. Naquele momento, os representantes da sociedade civil na Comissão Eleitoral disse que não seria possível. Se rompesse o acordo do dia 08.12.16, não teria mais data no mês de dezembro. A sugestão é que a assembleia sugerisse 3 datas e faça posse na data mais próxima ao processo eleitoral. O Estado se compromete a dar a posse ao término do processo eleitoral. EDUARDO solicitou que constasse em ata a garantia do direito de argumentação e a vontade de participar do processo eleitoral. ALCEMIR falou, que após consulta a Mariza Rios, que o conselho pode tomar posse dia 08.12.16 e abre-se novo processo somente para os segmentos que não foram preenchidos. E que gostaria que o acordo firmado entre sociedade civil, Governo de Estado do ES, Consea Nacional e Caisan Nacional fosse respeitado dentro do prazo acordado com a chancela do MP. NILCÉIA respondeu que quando a comissão pensou nessa possibilidade de propor outras datas, a Mariza e o MP também sugeriram outras datas. A PRESIDENTE ponderou que enquanto comissão eleitoral irá se posicionar com a decisão tomada pela sociedade civil e ressaltou que a proposta do Alcemir é dar posse no dia 08.12.16 e posteriormente fazer uma nova votação para os segmentos não preenchidos. Duas propostas: prorrogação da data da posse e manter a posse no dia 08.12.16. CARLOS AJUR fez uma questão de ordem e solicitou que fosse lido o regimento interno da Assembleia para ter consciência qual é o poder da Assembleia e da Comissão. LUIZ questionou se essas duas entidades que não estão participando do processo, elas preencheriam o número de vagas vacantes. A presidente respondeu que não e que essas entidades irão completar as vagas posteriormente em outro processo. LEYDIANI reafirmando a fala do Alcemir chamando atenção para a sociedade civil não ser a responsável por não cumprir o acordo, as entidades que tiveram problema, não participariam desta posse quinta-feira da semana que vem, dia 08.12.2016. A PRESIDENTE pede ao membro Jaqueline para realizar a leitura do acordo e regulamento da assembleia eleitoral. JAQUELINE faz a leitura e, posteriormente, passa a leitura para o Marcão. Finalizada a leitura, CARLOS AJUR fala que a comissão eleitoral tem autonomia para habilitar e desabilitar as entidades. A PRESIDENTE esclarece que referente ao Acordo realizado, há necessidade de conversar com todas as partes sobre a alteração da data de posse.

LUIZ alega que a posição do Governo do estado para a posse dias 15 ou 16 de dezembro e a sociedade civil não propôs data. Sugestão é tomar posse dia 08.12.16 e a Comissão, posteriormente, delibera as demais pendências.

A PRESIDENTE expõe a primeira proposta de se manter a data de posse ou prorrogar a data de posse. NILCEIA pondera que não está enquanto governo e está em quanto comissão eleitoral. A PRESIDENTE refaz a votação sendo a primeira proposta de permanência da data da posse para dia 08.12.2016 e após a comissão irá analisar e empossar as duas entidades questionadas pelo MP e os segmentos com vagas vacantes. Por 14 votos, 1 contra e 1 abstenção foi acordado pela manutenção de posse no dia 08.12.2016 e que as pendências e vacâncias serão resolvidas após a posse pelo próprio Conselho. A PRESIDENTE dá início a votação, observando as entidades habilitadas ausentes. Prossegue com a leitura, dos segmentos e respectivas entidades. A PRESIDENTE apresenta o coordenador do processo de eleição, BRUNO e ele orienta a todos a votarem levantando o crachá. A PRESIDENTE e BRUNO fazem a leitura de todas as entidades que não há concorrência no mesmo segmento.

BRUNO declara que todas as entidades eleitas por exclamação e acorda o tempo de 2 minutos para cada entidade se apresentar que possuem mais de uma vaga por segmento "entidades ligadas às religiões". As entidades Instituto Adventista de Educação e Assistência Social Este Brasileira (ADRA), Associação Brasileira D'A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (ABIJSUD) e Pastoral da Criança se apresentaram. BRUNO dá prosseguimento a votação das entidades solicitando que cada entidade faça sua defesa. JAQUELINE, como nova presidente, que assumiu em comum acordo com a Comissão após a ausência da Sâmela, que justificou sua saída por motivo de trabalho, esclareceu os critérios de classificação conforme quantidade apurada de votos. BRUNO pede que levantem o crachá para proceder a votação das instituições que contemplaram as vagas sendo eleitas por aclamação. BRUNO colocou em votação e a apuração

resultou nos seguintes votos: Pastoral da Criança: 15 votos (titular e suplente); ADRA: 14 votos (titular); ABIJSUD: 7 votos (suplente). JAQUELINE inicia o processo de encerramento passando a leitura da ata para MARCOS. Após a leitura, coloca-se em regime de votação a aprovação da ata. Foi acordado que após lida e aprovada por todos os presentes será anexada a ata à lista de presença e enviadas por e-mail. JAQUELINE informa que a relação das entidades eleitas será publicado no DIO-ES no dia 06.12.16, conforme Resolução nº 003-2016. Agradece a presença de todos e pedem a todos que aprovem a ata levantando o crachá e todos levantam. Encerra a Assembleia oficialmente.